



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Departamento de Administração e Planejamento
Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976, Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista - RR, CEP 69.318-000 , Sem Telefones
cadastrados
www.ifrr.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo Eletrônico n.º 23482.000044.2020-11)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preço para fornecimento e instalação de suporte de teto universal para projetor multimídia (data show), para atender aos *campi* Boa Vista Zona Oeste e Novo Paraíso, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Estimativa das quantidades a serem contratadas:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | CÓDIGO CATMAT | QUANT. MÍNIMA | QUANT. MÁXIMA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|-------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|--------------|
| 01 | Entrega e instalação de suporte universal, do tipo gaiola anti-furto, para fixação no teto de projetor (data show). Descrição complementar: Ajuste fino da inclinação, até 15°; passagem dos cabos interna; distância da parede/teto: entre 1,5 a 2 metros aproximadamente; suporte para cadeado; fabricado em aço carbono; cor: branca ou preta; e revestido com pintura Epóxi de alta resistência. | Unidade | 465618 | 38 | 19 | R\$ 250,41 | R\$ 9.515,58 |

1.2 No valor acima deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, transporte, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da data da assinatura da ata de registro de preços, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.4 A ata de registro de preços será gerenciada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - *Campus* Boa Vista Zona Oeste (IFRR-CBVZO), Gestão: 26437 e UASG: 158352.

1.5 É órgão participante desta ata de registro de preços o *Campus* Novo Paraíso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR-CNP), Gestão: 26437 e UASG: 158351.

1.6 Estimativa de consumo individualizada, do órgão gerenciador e órgão participante.

| Órgão gerenciador: <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste | | | | |
|---|-------------------------|-------------------|-------------|-------------|
| ITENS | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. Min. | QUANT. Max. |
| | | | | |

| | | | | |
|----|---|-------|----|----|
| 01 | Entrega e instalação de suporte universal, do tipo gaiola anti-furto, para fixação no teto de projetor (data show). Descrição complementar: Ajuste fino da inclinação, até 15°; passagem dos cabos interna; distância da parede/teto: entre 1,5 a 2 metros aproximadamente; suporte para cadeado; fabricado em aço carbono; cor: branca ou preta; e revestido com pintura Epóxi de alta resistência. | Unid. | 09 | 18 |
|----|---|-------|----|----|

| Órgão ou entidade participante: Campus Novo Paraíso | | | | |
|--|---|-------------------|-------------|-------------|
| ITENS | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. Min. | QUANT. Max. |
| 01 | Entrega e instalação de suporte universal, do tipo gaiola anti-furto, para fixação no teto de projetor (data show). Descrição complementar: Ajuste fino da inclinação, até 15°; passagem dos cabos interna; distância da parede/teto: entre 1,5 a 2 metros aproximadamente; suporte para cadeado; fabricado em aço carbono; cor: branca ou preta; e revestido com pintura Epóxi de alta resistência. | Unid. | 10 | 20 |

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os *campi* CBVZO e CNP ofertam cursos de formação técnica profissional nos níveis médio (integrado e subsequente) e de graduação, além da realização de atividades de pesquisa e extensão. Em virtude da constante expansão da oferta de vagas por esta instituição, é crescente o número de estudantes que compõe a sua comunidade escolar, exigindo a modernização de suas estruturas físicas, a fim de prover serviços públicos de qualidade e, por consequência, o fortalecimento da capacidade de aprendizagem e a permanência dos estudantes na instituição.

2.2 Esta aquisição se justifica pela **necessidade de dotar os ambientes didáticos dos *campi* CBVZO e CNP com equipamentos que possibilitem a projeção de imagens (já existentes na instituição)**, proporcionando melhores condições do processo de ensino-aprendizagem.

2.3 Além do exposto, objetivamos também, com esta aquisição, o **resguardo do patrimônio público**, proporcionando medidas de segurança e proteção aos bens sob responsabilidade desta administração.

2.4 A presente contratação será feita através da modalidade PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo em vista o atendimento a mais de uma unidade, enquadrando-se assim no inciso III do Art. 3º do Decreto nº 7.892/2013.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, a ser contratado mediante pregão, em sua forma eletrônica.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 Os suportes deverão ser entregues e instalado nos seguintes endereços:

5.1.1. **Campus Boa Vista Zona Oeste:** Rua Prof. Nonato Chacon, N° 1976, Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista - RR / CEP: 69.318-060, E-mail: gabinete.cbvzo@ifrr.edu.br, dap.cbvzo@ifrr.edu.br;

5.1.2. **Campus Novo Paraíso:** BR 174, Km 512, Caracaraí - RR CEP: 69.365-000, Fone/Fax: (095) 3532-4100 / 3532-4101, E-mail: gabinete.novoparaíso@ifrr.edu.br.

5.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de

Referência e na proposta.

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dez dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de quinze dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de Menor Preço por item.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.6 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

6.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo e procedência*;

7.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.4 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Como medida de tratamento e mitigadora de possíveis impactos ambientais para a presente contratação, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, na IN SLTI 01/2010 e em demais legislações ambientais, a empresa contratada deverá atender aos seguintes critérios e práticas:

8.1.1 que os bens sejam constituídos, quando possível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2;

8.1.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

8.1.3. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

8.1.4. Que sejam obedecidas as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

8.1.5. Que sejam fornecidos aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do objeto, e que haja fiscalização de seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

8.1.6. Caso seja necessário a utilização de produto para auxiliar no procedimento, utilizar produto que obedeça às classificações determinadas pela ANVISA;

8.1.7. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

8.1.8. Que seja comprovado pela CONTRATADA, antes da emissão da Nota de Empenho, as seguintes condições:

a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004;

b) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e 105.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, conforme disposto no artigo 40, inc. XIV, alínea “a”, da Lei 8.666/1993, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

12.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até cinco dias úteis, contados da data da apresentação da nota fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da referida lei.

12.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.4 A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

12.5 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

12.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

12.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.9 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de cinco dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Sicaf.

12.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no Sicaf, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.16 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida lei complementar.

12.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) = (6/100) / 365 = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice do IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá a exigência de garantia contratual, pois se trata da entrega e instalação de equipamentos, a serem realizados de acordo com as solicitações demandadas e sem pagamentos antecipados.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a contratada que:

15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 cometer fraude fiscal;

15.2 Quando das sanções administrativas, será adotado o disposto na [Resolução n.º 441/2019/Conselho Superior](#), de 12 de março de 2019, publicada no Boletim de Pessoal e Serviços da Reitoria do IFRR, edição n.º 21/2019, de 20 de março de 2019, ANEXO I, deste instrumento.

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

15.3.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

15.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sicaf.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 O detalhamento da despesa será disponibilizado pelo setor competente, conforme documento anexo ao processo.

17. DA ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A realização da licitação sob a forma de Sistema de Registro de Preços deve-se ao fato de ser conveniente e oportuno, uma vez que se trata da contratação de um mesmo serviço por mais de uma unidade gestora.

18. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Será admitida à adesão a ata de registro de preços decorrente desta licitação.

19. DO TERMO DE CONTRATO

19.1 Após a homologação do resultado da licitação e dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor poderá ser convocado pelos órgãos gerenciador e/ou participante para assinar o Termo de Contrato, o qual deverá ser assinado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação.

Boa Vista, 26 de março de 2021.

CAIO FELIPE FONSECA DO NASCIMENTO

Diretor do Departamento de Administração e Planejamento

Campus Boa Vista Zona Oeste - IFRR

Portaria nº 92 de 29/01/2020

D.O.U. nº 21 de 30/01/2020

Documento assinado eletronicamente por:

- Caio Felipe Fonseca do Nascimento, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - CD0004 - DAP (CBVZO), em 29/03/2021 09:57:23.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/02/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 69781

Código de Autenticação: 0784a34f6c

